

Investco S.A.

Companhia Aberta – CNPJ nº 00.644.907/0001-93



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

A Administração da Investco S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 composta pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Resultados Abrangentes, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstrações do Valor Adicionado, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Os resultados alcançados pela INVESTCO em 2024 foram extremamente positivos. O ano marcou a consolidação de importantes iniciativas voltadas para a segurança de barragens, culminando na realização do primeiro simulado do Plano de Ação de Emergência. Esse exercício envolveu toda a comunidade localizada a jusante da usina, reforçando nosso compromisso com a segurança e com o fortalecimento do relacionamento com a população. Adicionalmente, em 2024 a UHE manteve um desempenho operacional de excelência, com uma disponibilidade de 98,66%. Sua confiabilidade também foi comprovada, alcançando uma taxa de falha zero ao final do ano. Esses indicadores excepcionais, aliados às condições climáticas favoráveis, permitiram que a usina alcançasse sua melhor geração acumulada dos últimos 10 anos. Além disso, esse desempenho contribuiu para a manutenção da sua posição entre as melhores usinas do Brasil, segundo ranking do regulador nacional ANEEL. Reafirmando nosso compromisso com a qualidade e a sustentabilidade, garantimos a manutenção das certificações ISO 9001, 14001, 45001 e 55001, conquistas que traduzem a nossa excelência na gestão dos ativos da Companhia, na preservação ambiental e no cuidado com as pessoas. No âmbito social investimos mais de R\$ 6 milhões em projetos socioambientais, por meio de verba direta e incentivada. Foram apoiadas 13 iniciativas nas áreas de educação, cultura, esporte e saúde, beneficiando diretamente mais de 7 mil pessoas em zonas urbanas e rurais do Tocantins. Entre os destaques, está o projeto Artesanato Sustentável, no município de Lajeado, que promove a exigência do lixo por meio da arte. Essa iniciativa gerou mais de R\$ 20 mil em renda, por meio da venda dos produtos confeccionados nas oficinas pelas idosas artesãs. O ano de 2024 foi fundamental para a INVESTCO, marcando a nossa trajetória de excelência operacional e reafirmando nosso compromisso com a segurança, eficiência, sustentabilidade e responsabilidade social. Diante de tantos resultados expressivos, reiteramos o nosso comprometimento com os nossos stakeholders e reforçamos o nosso empenho contínuo em assegurar altos índices de confiabilidade e fortalecer a segurança em todas as operações.

A COMPANHIA

A Investco S.A. tem como atividade a exploração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães (“UHE Lajeado”), localizada no Rio Tocantins, nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins. A Usina tem potência instalada de 902,50 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,50 MW cada, e uma energia assegurada anual de 505,10 MW. A principal fonte de receita da Companhia é o valor do arrendamento dos ativos da UHE Luís Eduardo Magalhães, nos termos e condições do Contrato de Arrendamento celebrado entre a Companhia e seus acionistas detentores de ações ordinárias da Companhia; além dessa fonte de receita, a Companhia obtém receita da venda de 1% da energia elétrica gerada pela UHE Luís Eduardo Magalhães, que corresponde à parcela da concessão de titularidade da Companhia. A energia elétrica gerada pela UHE Luís Eduardo Magalhães é utilizada e comercializada pelos respectivos titulares da concessão compartilhada da UHE Luís Eduardo Magalhães, na condição de “Produtor Independente”, na proporção da participação de cada um deles na concessão, nos termos do Contrato de Concessão.

DESEMPENHO OPERACIONAL

No ano de 2024 a energia gerada foi de 4.571,8 GWh, 30,0% superior aos 3.513,8 GWh gerados em 2023 devido ao cenário hidrológico favorável. A Usina apresentou índice de disponibilidade médio anual de 98,7%, fechando o mês de dezembro com disponibilidade acumulada de 97,6% (apurada com base nos últimos 60 meses), mantendo o maior patamar histórico do indicador e acima do exigido no Contrato de Concessão, que é de 94,8%. Destaca-se também no ano a permanência na taxa de falha no menor patamar histórico, no valor de 0,0 falhas/ano. A UHE Lajeado continua com o compromisso de atendimento ao Sistema Interligado Nacional com a excelência técnica e operacional das melhores usinas do país desde 2018 pelo ranking DARDO da ANEEL.

PRINCIPAIS INDICADORES

DESCRIÇÃO	Unidade	Saldos		Var. %
		2024	2023	
Financeiros				
Ativo total	R\$ mil	1.254.703	1.257.578	-0,2%
Patrimônio líquido	R\$ mil	955.491	970.441	-1,5%
Dívida líquida	R\$ mil	(153.885)	(152.373)	1,0%
Dívida líquida/ Patrimônio líquido	vezes	(0,16)	(0,16)	2,6%
Dívida líquida/ EBITDA (12 meses)	vezes	(1,26)	(0,95)	32,2%
DRE				
Receita Líquida	R\$ mil	160.130	196.280	-18,4%
Gastos gerenciáveis*	R\$ mil	(80.118)	(76.053)	5,3%
Gastos não-gerenciáveis	R\$ mil	(1.098)	(1.055)	4,1%
Resultado do serviço (EBIT)	R\$ mil	78.914	119.172	-33,8%
EBITDA	R\$ mil	122.088	159.861	-23,6%
Resultado financeiro	R\$ mil	(10.465)	6.941	-250,8%
Resultado antes de IR e CS	R\$ mil	68.449	126.113	-45,7%
Lucro líquido	R\$ mil	57.978	91.211	-36,4%
* inclui depreciação e amortização				
Margens				
Margem EBITDA (EBITDA/ receita líquida)	%	76,2%	81,4%	-5,2%
Margem líquida (lucro líquido/ receita líquida)	%	36,2%	46,5%	-10,3%

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO	2024	2023	%
Receita operacional líquida	160.130	196.280	-18,4%
Gastos não gerenciáveis	(1.098)	(1.055)	4,1%
Energia elétrica comprada para revenda	(105)	(149)	-29,5%
Encargos de uso da rede elétrica	(988)	(902)	9,5%
Margem bruta	159.032	195.225	-18,5%
Gastos gerenciáveis	(80.118)	(76.053)	5,3%
Total PMSO	(36.944)	(35.364)	4,5%
Pessoal	(20.233)	(18.422)	9,8%
Materiais	(1.435)	(109)	1216,5%
Serviços de terceiros	(13.027)	(12.419)	4,9%
Arrendamentos e aluguéis	(65)	(347)	-81,3%
Provisões e contingências	(312)	(2.864)	-89,1%
Outros gastos gerenciáveis	(1.872)	(1.203)	55,6%
Depreciação e amortização	(43.174)	(40.689)	6,1%
Depreciação	(35.619)	(35.937)	-0,9%
Amortização	(7.555)	(4.752)	59,0%
Resultado do serviço (EBIT)	78.914	119.172	-33,8%
EBITDA	122.088	159.861	-23,6%
Margem EBITDA	76,2%	81,4%	-6,4%
Resultado financeiro líquido	(10.465)	6.941	-250,8%
Receitas financeiras	26.514	32.450	-18,3%
Despesas financeiras	(36.979)	(25.509)	45,0%
LAIR	68.449	126.113	-45,7%
Imposto de renda e contribuição social	(10.471)	(34.902)	-70,0%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(14.549)	(24.784)	-41,3%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.078	(10.118)	-140,3%
Lucro líquido	57.978	91.211	-36,4%

BALANÇO SOCIAL ANUAL | FORMULÁRIO IBASE

1 - Base de Cálculo	2024 (R\$ mil)			2023 (R\$ mil)		
	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Receita líquida (RL)	160.130,00			196.280,00		
Resultado operacional (RO)	78.913,00			119.172,00		
Folha de pagamento bruta (FPB)	17.021,89			15.722,06		
2 - Indicadores Sociais Internos						
Alimentação	1.270,88	7,47%	0,79%	1.274,28	8,11%	0,65%
Encargos sociais compulsórios	3.576,98	21,01%	2,23%	3.648,69	23,21%	1,86%
Previdência privada	73,11	0,43%	0,05%	74,49	0,47%	0,04%
Saúde	1.076,67	6,33%	0,67%	877,40	5,58%	0,45%
Segurança e saúde no trabalho	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Educação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Transporte	375,74	2,21%	0,23%	322,58	2,05%	0,16%
Capacitação e desenvolvimento profissional	6,73	0,04%	0,00%	72,88	0,46%	0,04%
Creches ou auxílio-creche	39,26	0,23%	0,02%	32,02	0,20%	0,02%
Participação nos lucros ou resultados	1.734,82	10,19%	1,08%	1.322,75	8,41%	0,67%
Programa de Desligamento Voluntário - PDV	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	143,54	0,84%	0,09%	139,06	0,88%	0,07%
Total - Indicadores sociais internos	8.297,72	48,75%	5,18%	7.764,14	49,38%	3,96%
3 - Indicadores Sociais Externos						
Educação	819,00	0,69%	0,42%	1.589,00	1,33%	0,81%
Cultura	2.812,00	2,36%	1,43%	2.293,00	1,92%	1,17%
Saúde e saneamento	569,00	0,48%	0,29%	223,00	0,19%	0,11%
Esporte	1.406,00	1,18%	0,72%	1.506,00	1,26%	0,77%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	703,00	0,59%	0,36%	-	0,00%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	-	0,00%	0,00%	5.611,00	4,71%	2,86%
Tributos (excluídos encargos sociais)	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total - Indicadores sociais externos	-	0,00%	0,00%	5.611,00	4,71%	2,86%
4 - Indicadores Ambientais						
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	9.178,89	7,70%	4,68%	7.733,05	6,49%	3,94%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente*	9.178,89	7,70%	4,68%	7.733,05	6,49%	3,94%

Quanto ao estabelecimento de “metas anuais” para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa

- não possui metas
- cumpre de 0 a 50%
- cumpre de 51 a 75%
- cumpre de 76 a 100%

- não possui metas
- cumpre de 0 a 50%
- cumpre de 51 a 75%
- cumpre de 76 a 100%

5 - Indicadores do Corpo Funcional	2024	2023
Nº de empregados(as) ao final do período	63	66
Nº de empregados durante o período	2	4
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	10	45
Nº de estagiários(as)	-	-
Nº de empregados(as) acima de 50 anos	13	13
Nº de mulheres que trabalham na empresa	14	17
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	33%	20%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa**	22	28
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)**	0%	0%
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	1	1



Investco S.A.

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2024			2023		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	11,41			9,30		
Número total de acidentes de trabalho	-			-		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos empregados	() direção	(x) direção e gerências	() todos empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências	() todos empregados	() todos + Cipa	(x) direção e gerências	() todos empregados	() todos + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): (na empresa, no procon, na justiça)	na empresa: NA	no Procon: NA	na Justiça: NA	na empresa: NA	no Procon: NA	na Justiça: NA
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa: NA	no Procon: NA	na Justiça: NA	na empresa: NA	no Procon: NA	na Justiça: NA
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	143.082,00			189.796,00		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	governo: 21% acionistas: 29% colaboradores: 13% retido: 12% terceiros: 26%			governo: 29% acionistas: 30% colaboradores: 9% retido: 18% terceiros: 14%		

7 - Outras Informações
 N/A - Não Aplicável. (1) - Observação 1; (2) - Observação 2; (3) - Observação 3.
***Nota:** Os investimentos em programas e/ou projetos externos são contabilizados de forma integrada aos investimentos de operação/produção
****Nota:** A consolidação do indicador foi alterada para refletir a definição do IBGE da categoria como a somatória de pessoas pretas e pardas

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2024	31/12/2023		Nota	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO				PASSIVO			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	261.818	258.002	Fornecedores	15	3.367	2.897
Concessionárias	4	816	929	Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17	10.086	11.100
Rendas a receber	5	13.714	15.819	Outros tributos a recolher	6	9.975	10.853
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	6	8.229	2.974	Dividendos	16	37.581	40.954
Outros tributos compensáveis	6	12.143	9.679	Benefícios pós-emprego	18	80	60
Estoques	10	8.397	8.275	Uso do bem público	19	8.274	8.003
Prêmio de risco - GSF	11	48	48	Provisões	20	9.705	5.411
Outros créditos	12	927	829	Outras contas a pagar	12	3.407	3.521
Total do Ativo Circulante		306.092	296.555	Total do Passivo Circulante		82.475	82.799
Não circulante				Não circulante			
Depósitos vinculados	20	4.732	1.804	Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17	97.847	94.529
Prêmio de risco - GSF	11	156	204	PIS e COFINS diferidos	7	30	25
Outros créditos	12	430	482	Imposto de renda e Contribuição social diferidos	7	21.982	26.091
		5.318	2.490	Benefícios pós-emprego	18	1.459	1.227
Imobilizado	13	892.898	920.672	Uso do bem público	19	60.633	62.887
Intangível	14	50.395	37.861	Provisões	20	32.389	18.405
		943.293	958.533	Outras contas a pagar	12	2.397	1.174
Total do Ativo Não circulante		948.611	961.023	Total do Passivo Não circulante		216.737	204.338
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	21.1	804.459	804.459
				Reservas de capital	21.3	14.473	14.473
				Reservas de lucros	21.3	135.936	150.826
				Outros resultados abrangentes		623	683
				Total do Patrimônio líquido		955.491	970.441
TOTAL DO ATIVO		1.254.703	1.257.578	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.254.703	1.257.578

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)	Nota	2024	2023
Receitas	22	160.130	196.280
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	23		
Custo do serviço de energia elétrica		(1.098)	(1.055)
Custo de operação		(70.683)	(63.311)
		(71.781)	(64.366)
Lucro bruto		88.349	131.914
Despesas e Receitas operacionais	23		
Despesas gerais e administrativas		(9.246)	(9.894)
Outras despesas e receitas operacionais		(189)	(2.858)
		(9.435)	(12.742)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		78.914	119.172
Resultado financeiro	24		
Receitas financeiras		26.514	32.450
Despesas financeiras		(36.979)	(25.509)
		(10.465)	6.941
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		68.449	126.113
Tributos sobre o lucro	25		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(14.549)	(24.784)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		4.078	(10.118)
		(10.471)	(34.902)
Lucro líquido do exercício		57.978	91.211
Resultado por ação atribuível aos acionistas	26		
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)		0,10398	0,16720
ON		0,01223	0,01223
PNR		0,10398	0,16720
PNA		0,03669	0,03669
PNB		0,10398	0,16720
PNC			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2024	2023
Lucro líquido do exercício	57.978	91.211
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado		
Ganhos atuariais - Benefícios pós-emprego	(91)	59
Imposto de renda e contribuição social diferidos	31	(21)
	(60)	38
Resultado abrangente do exercício	57.918	91.249

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	804.459	14.473	148.778	645	-	968.355
Reserva de retenção de lucros			13.600			13.600
Dividendo adicional aprovado - AGO de 26/04/2023			(57.894)			(57.894)
Lucro líquido do exercício					91.211	91.211
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal			4.561		(4.561)	-
Reserva de retenção de lucros			41.781		(41.781)	-
Dividendos intermediários (JSCP) - RCA 22/12/2023					(44.869)	(44.869)
Outros resultados abrangentes						
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego				59	59	59
Imposto de renda e contribuição social diferidos				(21)	(21)	(21)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	804.459	14.473	150.826	683	-	970.441
Saldos em 31 de dezembro de 2023	804.459	14.473	150.826	683	-	970.441
Reserva de retenção de lucros			9.815		9.815	9.815
Dividendo adicional aprovado - AGO de 29/04/2024			(41.783)		(41.783)	(41.783)
Lucro líquido do exercício					57.978	57.978
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal			2.899		(2.899)	-
Dividendos intermediários (JSCP) - RCA 23/12/2024					(40.900)	(40.900)
Dividendos propostos			14.179		(14.179)	-
Outros resultados abrangentes						
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego				(91)	(91)	(91)
Imposto de renda e contribuição social diferidos				31	31	31
Saldos em 31 de dezembro de 2024	804.459	14.473	135.936	623	-	955.491

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Investco S.A. (Companhia ou Investco), sociedade anônima de capital aberto, controlada direta da Lajeado Energia S.A. (Lajeado Energia) e controlada final da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede na cidade de Miracema do Tocantins no Estado do Tocantins, tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizados nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 005/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

1.1 Concessão

A Companhia detém parte do Contrato de Concessão de exploração dos ativos da UHE Lajeado pelo prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado, a critério exclusivo do Poder Concedente, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5MWm, representando uma potência total instalada de 902,5MWm, uma potência assegurada de 823,3MWm e uma garantia física de 479,9MW.

Em 28 de julho de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 12.255/2022 alterando o término da vigência da outorga de concessão da UHE Luiz Eduardo Magalhães de 15 de janeiro de 2033 para 22 de setembro de 2035 que representa um acréscimo de 980 dias.

A Companhia é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre a Lajeado Energia, titular de 72,27%, CEB Lajeado S.A., titular de 19,80%, Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,93% e a Companhia, titular de 1%. Portanto, as referidas empresas, em conjunto, são as concessionárias da UHE Lajeado, formando o Consórcio Usina Lajeado.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		68.449	126.113
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Depreciações e amortizações		43.174	40.689
Encargos de dívidas, variações monetárias e AVP sobre empréstimos e financiamentos		24.921	20.916
Uso do bem público - atualização monetária e AVP		6.112	2.409
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		5.565	5.831
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP		1.803	892
Outros		(1.783)	(668)
		148.241	196.182
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Concessionárias		113	188
Outros tributos compensáveis		(9.946)	(19.127)
Estoques		(122)	(493)
Cauções e depósitos vinculados		(2.753)	(121)
Rendas a receber		2.105	3.504
Outros ativos operacionais		(46)	151
		(10.649)	(15.899)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		470	(3.189)
Benefícios pós-emprego			(10)
Provisões		(8.705)	(17.891)
Uso do bem público		(8.095)	(8.321)
Outros passivos operacionais		4.567	18
		(11.763)	(29.393)
Caixa proveniente das atividades operacionais		125.829	150.891
Imposto de renda e contribuição social pagos		(19.347)	(30.314)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		106.482	120.577
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao Imobilizado e Intangível		(9.706)	(6.874)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(9.706)	(6.874)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(70.105)	(84.197)
Pagamentos de encargos de dívidas		(22.617)	(27.120)
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(238)	(128)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	28.1	(92.960)	(111.445)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		3.816	2.258
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		261.818	258.002
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		258.002	255.744
		3.816	2.258

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2024	2023
Geração do valor adicionado	186.759	223.554
Receita operacional	176.929	216.672
Receita relativa à construção de ativos próprios	9.706	6.874
Outras receitas	124	8
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(28.470)	(27.390)
Custos da energia comprada	(121)	(168)
Encargos de uso da rede elétrica	(1.088)	(993)
Materiais	(6.921)	(5.240)
Serviços de terceiros	(18.007)	(16.618)
Outros custos operacionais	(2.333)	(4.371)
Valor adicionado bruto	158.289	196.164
Retenções		
Depreciações e amortizações	(43.174)	(40.689)
Valor adicionado líquido produzido	115.115	155.475
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	27.967	34.321
Valor adicionado total a distribuir	143.082	189.796
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	13.832	13.168
Benefícios	3.072	2.965
FGTS	991	1.093
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	29.686	54.895
Estaduais	324	

**NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia e sua controladora em 25 de fevereiro de 2025.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto: (i) determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 27.1.1; e (ii) os ativos e passivos líquidos de benefício definido que são reconhecidos a valor justo, com limitação de reconhecimento do superávit atuarial.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto à redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.7.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos períodos, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.7); Arrendamentos e Aluguéis (Nota 12.1); Determinação da receita com arrendamento (Notas 5 e 22); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 13 e 14); Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas (Nota 20.1); Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 20.2); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 27.1.2.1).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Informações por segmento

A Companhia administra os seus negócios considerando um segmento de exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado). Em 2024 o segmento concentrou 93% da receita operacional bruta.

2.7 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não houve indicação, seja por meio de fontes internas ou externas de informação, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, no período citado, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável nas controladas.

A Companhia monitora trimestralmente a ocorrência de eventos que possam alterar significativamente o teste de recuperabilidade.

2.8 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, consequentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão por estas entidades estão demonstrados a seguir:*

2.8.1 Adoção de novas normas e interpretações vigentes

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 23: CPC 26 (R1) e CPC 06 (R2)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Classificação de Passivos como Circulante ou Não circulante, Passivos Não circulantes com <i>Covenants</i> e Passivo de Arrendamento em uma Transação de Venda e Retroarrendamento (<i>sale and leaseback</i>).	IAS 1/ IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2024
Revisão 24: CPC 03 (R2), CPC 32 e CPC 40 (R1)	Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores.	IAS 7/ IAS 12/ IFRS 7	Pronunciamento	01/01/2024
OCPC 08 - Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade	O objetivo desta Orientação é tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciamento a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros de emissores de contas nos segmentos e permissões públicas de distribuição de energia elétrica brasileira.	Não há	Orientação	01/01/2024
ICPC 19 - Tributos	Esta interpretação se refere a quando reconhecer uma obrigação de pagar tributo que é contabilizada conforme o Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	IFRIC 21	Interpretação	01/01/2024
ICPC 20 - Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (<i>funding</i>) Mínimo e sua Interação	Esta interpretação se aplica a todos os benefícios definidos pós-emprego e outros benefícios definidos de longo prazo aos empregados. Para a finalidade desta interpretação, os requisitos de custeio (<i>funding</i>) mínimo são quaisquer requisitos para custeio (<i>funding</i>) de plano de benefício definido pós-emprego ou outro de longo prazo.	IFRIC 14	Interpretação	01/01/2024
CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado (DVA)	Estão sendo propostos ajustes pontuais do texto, para melhor esclarecimento dos requisitos para a elaboração e divulgação da DVA, bem como uma nova seção, incluída ao final do Pronunciamento, para apresentar as suas origens e razões conceituais. Além disso, foi atualizado o elenco de contas no modelo de DVA aplicável às companhias seguradoras, em função da vigência do Pronunciamento Técnico CPC 50 - Contratos de Seguro.	Não há	Pronunciamento	01/03/2024
Revisão 26: CPC 32 e CPC 48	Este documento estabelece alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro e CPC 48 - Instrumentos Financeiros em função de ajustes redacionais nos textos para maior aderência com as normas contábeis internacionais.	IAS 12 / IFRS 9	Pronunciamento	01/07/2024

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

2.8.2 Novas normas e interpretações não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 27: CPC 02 (R2) e CPC 37 (R1)	Este documento estabelece alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.	IAS 21 / IFRS 1	Pronunciamento	01/01/2025
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	IAS 21	Pronunciamento	01/01/2025
CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade	O CPC incorporou ao texto de alguns de seus dispositivos o endereçamento da utilização do Método da Equivalência Patrimonial (MEP) para mensuração de investimentos em entidades controladas nas demonstrações individuais. A utilização do MEP para mensuração desses investimentos está determinada pela Lei 6.404/76, e, por ter relação com as demonstrações individuais, não encontrava correspondência nas normas emitidas pelo IASB.	IAS 28	Pronunciamento	01/01/2025
ICPC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	Torna obrigatório para as companhias abertas a Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), emitida pelo CPC. O normativo entra em vigor em 01/01/2025, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, essa data, e revogando a Resolução CVM 124.	Não há	Interpretação	01/01/2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarbonização (CBI0)	A orientação visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBI0) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro, objetivando garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade aprovado pela Resolução CVM 193/23.	Não há	Orientação	01/01/2025
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O objetivo da norma é melhorar a forma como a informação é comunicada nas demonstrações financeiras de uma entidade, particularmente nas demonstrações de resultados e respectivas notas explicativas. A principal alteração apresentada pela IFRS 18 é a reestruturação das demonstrações de resultados das entidades. Com vistas a aumentar a comparabilidade entre entidades, esta norma introduz dois novos subtópicos: Lucro operacional e Lucro antes do resultado financeiro e imposto de renda e contribuição social.	IAS 1	Norma	01/01/2027

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Bancos conta movimento		17.909	1.617
Aplicações financeiras			
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	3.1	220.889	256.385
Operações compromissadas lastreadas em Debêntures	3.2	23.020	
		243.909	256.385
		261.818	258.002

Total

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivale ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

3.1 Certificados de Depósitos Bancários - CDB

As aplicações financeiras em CDB estão remuneradas a taxas que variam entre 98,00% e 101,50% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

3.2 Operações compromissadas lastreadas em Debêntures

Operações compromissadas lastreadas em Debêntures estão remuneradas à taxa de 94,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

4 Concessionárias

	Circulante	
	31/12/2024	31/12/2023
Concessionárias		
Suprimento de energia elétrica	673	827
Energia de curto prazo	45	18
Encargos de uso da rede elétrica	98	84
	816	929

Os saldos são totalmente vincendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidos das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que mostram-se imateriais e controláveis.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 27.2.5.

5 Rendas a receber

	Circulante	
	31/12/2024	31/12/2023
Lajeado Energia	10.011	12.417
Paulista Lajeado	960	
CEB Lajeado	2.743	3.402
	13.714	15.819

Refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, e aditado em 23 de junho de 2009, no qual a Companhia arrendou às demais concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Lajeado Energia, Paulista Lajeado e CEB Lajeado), frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Companhia, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão (Notas 1.1 e 8).

Este arrendamento é contabilizado mensalmente como arrendamento operacional, de acordo com o CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento, pois a operação da usina é de responsabilidade da Companhia, não havendo transferência de propriedade ou controle do ativo aos arrendatários, sendo os bens revertidos para a União quando do término do Contrato de concessão. Os saldos são todos vincendos e estão apresentados ao custo amortizado. O contrato de arrendamento objetiva assegurar à Companhia receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. O cálculo do contrato de arrendamento é baseado na remuneração de 8,83% ao ano corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA sobre 99% do valor do ativo imobilizado líquido, acrescido da depreciação acumulada, sendo que, todos os valores utilizados no cálculo são projetados. Decorrido o exercício, anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste - CA, cujo objetivo é calcular os valores reais, identificando a diferença entre os valores cobrados anteriormente, e ajustar a diferença a maior ou a menor na projeção do ano seguinte.

A variação no exercício da rubrica de Rendas a receber, em contrapartida da receita de Arrendamentos e aluguéis (Nota 22), é decorrente, substancialmente, da combinação de dois fatores: (i) redução do IPCA projetado para o exercício de 2024 em relação ao exercício anterior de 1,14 p.p.; e (ii) redução do coeficiente de ajuste do contrato de arrendamento entre os exercícios.

6 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Saldo em		Atualização		Adiantamentos /		Compensação /		Transfe-		Saldo em
	Nota	31/12/2023	Adição	monetária	Pagamentos	de tributos	rência	31/12/2024	31/12/2024		
Ativos compensáveis											
Imposto de renda e contribuição social a compensar		2.974		629		18.896	(3.749)	(10.521)			8.229
Total Circulante		2.974	-	629		18.896	(3.749)	(10.521)			8.229
Outros tributos compensáveis											
ICMS		-	183								183
PIS e COFINS		4.788	1.597	857				(1.597)			5.645
IRRF sobre aplicações financeiras		4.891	4.991					(3.577)			6.305
Outros		-	10								10
Total Circulante		9.679	6.781	857							12.143
Passivos a recolher											
Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	14.549			(451)		(14.098)			-
Total Circulante		-	14.549			(451)		(14.098)			-
Outros tributos a recolher											
ICMS		4	954			(869)					89
PIS e COFINS		1.630	17.811			(12.688)	(3.749)	(1.597)			1.407
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		121	1.302		6	(1.291)					138
IRRF sobre juros s/ capital próprio	6.1	8.681	7.903			(8.681)					7.903
Encargos com pessoal		417	4.547			(4.526)					438
Total Circulante		10.853	32.517		6	(28.055)	(3.749)	(1.597)			9.975

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia liquide ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

6.1 IRRF sobre Juros Sobre Capital Próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio conforme legislação. O saldo em 31 de dezembro de 2024 de R\$7.903 relativo ao IRRF sobre JSCP deliberado no exercício de 2024 será liquidado em janeiro de 2025.

7 Tributos diferidos

	Passivo Não circulante		
	Nota	31/12/2024	31/12/2023
PIS e COFINS		30	25
Imposto de renda e contribuição social	7.1	21.982	26.091
		22.012	26.116

7.1 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

7.1.1 Composição

Natureza dos créditos	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado		
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023
Diferenças temporárias							
Benefício pós-emprego		202	81			121	17
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		2.891	1.314			1.577	(2.852)
Uso do bem público - CPC 25		23.429	24.103		4.697	5.181	(190)
Ações preferenciais resgatáveis - CPC 39	7.1.1.1			37.344	40.077	2.733	(4.609)
Benefício pós-emprego - Outros resultados abrangentes			321	352		(62)	41
Direito de concessão - GSF				816	892	76	69
Licenças ambientais	20.2	10.074	5.437	15.972	11.296	(39)	(1.190)
Arrendamentos - CPC 06 (R2)		43	375	35	266	(101)	25
Outras		143	142	221	183	(37)	(77)
Total bruto		37.103	31.8				

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Ativo		Passivo		Resultados		
				Circulante		Circulante		Operacionais		
				31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 12)										
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (a)										
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta		01/01/2019 a 31/12/2027					391	(769)	(761)
Compartilhamento dos serviços de infraestrutura (b)										
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta		01/01/2015 a 31/12/2026					20	286	(258)
EDP São Paulo	Controle comum		01/01/2021 a 31/12/2024							
Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice (c)										
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta		01/01/2019 a 31/12/2028					1.840	(1.840)	(1.961)
				-	-	-	-	2.251	286	(2.867)
				14.076	16.210	86	84	2.251	286	164.774

(*) Em 20 de fevereiro de 2024, a controladora final EDP - Energias do Brasil alienou a companhia EDP Transmissão SP-MG e, consequentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora final. As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 29.2). As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro. (a) **Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos:** O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos das atividades compartilhadas entre a controladora EDP-Energias do Brasil e suas controladas. O contrato mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2027, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 459 de 1º de março de 2023. (b) **Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura:** O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações. Em 2022, foi assinado o contrato de compartilhamento de Infraestrutura relacionados a atual sede da controladora EDP-Energias do Brasil, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 304, de 1º de fevereiro de 2022, com vigência até 31 de dezembro de 2026. Em 2023 foram assinados dois contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à unidade da EDP São Paulo localizada em São José dos Campos. Esses contratos celebram o compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura, sendo o primeiro deles entre a EDP São Paulo e suas partes relacionadas e o segundo entre as partes que não necessitam da anuência prévia da ANEEL. Tais contratos vigoram até 31 de dezembro de 2024 e não necessitam de anuência prévia da ANEEL devido aos valores anuais desembolsados pelas empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica serem inferiores ao limite que exige a aprovação prévia da Agência reguladora, conforme estabelece a REN nº 948/21. Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos ativos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL. (c) **Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice:** O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de BackOffice, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc, compartilhadas entre a controladora EDP-Energias do Brasil e suas controladas. O contrato mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2028, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 66 de 15 de janeiro de 2025.

8.1 Controladora direta e Controladora final
A controladora direta da Companhia é a Lajeado Energia S.A. e a controladora final é a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias do Portugal S.A.

8.2 Remuneração dos administradores
8.2.1 Remuneração total do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária paga pela Companhia

	2024				2023			
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Remuneração (a)	926	76	150	1.152	1.012	76	150	1.238
Benefícios de curto prazo (b)	37		37	30				30
Benefícios - Previdência Privada	10		10	7				7
Total	973	76	150	1.199	1.049	76	150	1.275

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais. (b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

8.2.2 Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária referente ao exercício findo em 31 de dezembro

	2024			2023		
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número de membros	3	1	5	3	1	5
Valor da maior remuneração individual	267	76	30	486	76	30
Valor da menor remuneração individual	260	76	30	260	76	30
Valor médio da remuneração individual	333	76	30	350	76	29

9 Cauções e depósitos vinculados

	Nota	31/12/2023	Adição (Nota 9.1)	Atualização	Baixa	31/12/2024
Depósitos judiciais	20.1	1.804	3.272	175	(519)	4.732
Total não circulante		1.804	3.272	175	(519)	4.732

9.1 Adição
Do saldo de R\$3.272, R\$2.951 referem-se a adições de depósitos, realizados na ação de cobrança proposta pela Construtora Pedra Grande, conforme nota 20.1.1.

10 Estoques

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel. A totalidade do saldo dos estoques em 31 de dezembro de 2024 de R\$8.397 (R\$8.275 em 31 de dezembro de 2023) refere-se aos materiais utilizados na operação e manutenção da usina. Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão estão classificados no Imobilizado (Nota 13) pelo montante, em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é de R\$991.

11 Prêmio de risco - GSF

Devido a adesão da repactuação do risco hidrológico no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde 92% da exposição ao *Generation Scaling Factor* - GSF é protegida, o saldo das rubricas Circulante e Não circulante de R\$204 (R\$252 em 31 de dezembro de 2023), referem-se aos prêmios equivalentes aos montantes pagos de GSF nas competências de janeiro a dezembro de 2015, amortizável linearmente no exercício de janeiro de 2015 a março de 2029, de acordo com o Despacho ANEEL nº 4.133 de 23 de dezembro de 2015. No exercício foram amortizados R\$48 (R\$48 em 2023).

12 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Circulante		Não circulante	
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Outros créditos - Ativo				
Adiantamentos		168	188	
Serviços em curso		258	153	430
Despesas pagas antecipadamente		501	488	482
Total		927	829	430
Outras contas a pagar - Passivo				
Folha de pagamento		376	398	86
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	8		2.251	286
Arrendamentos e aluguéis		66	216	58
Obrigações Sociais e Trabalhistas		2.716	2.764	
Encargos Setoriais		62	46	
Outros		187	97	2
Total		3.407	3.521	2.397

12.1 Arrendamentos e Aluguéis
Em conformidade com o CPC 06 (R2) - Arrendamentos, a Companhia efetua o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis, conforme demonstrado abaixo:

	Saldo em 31/12/2023		Reversão (Nota 12.1.1)		Saldo em 31/12/2024	
	Pagamentos	Transferências	AVP	(Nota 12.1.1)		
Edifícios	103	(147)	188	(144)	-	-
Veículos	113	(91)	44		66	66
Total Circulante	216	(238)	232	(144)	66	66
Edifícios	805	(188)	(202)	(415)	-	-
Veículos	82	(44)	20		58	58
Total Não circulante	887	-	(232)	(182)	(415)	58

Os montantes registrados no passivo encontram-se ajustados a valor presente pelas taxas que representam o custo de financiamento dos respectivos bens arrendados.

As taxas acima referidas, bem como o vencimento dos referidos arrendamentos e aluguéis consideram o fluxo futuro de pagamentos, conforme abaixo:

Ano	Veículos	
	Valor	Taxas (%)
Circulante		
2025	66	13,81%
Total Circulante	66	
Não circulante		
2026	58	13,81%
Total Não circulante	58	

O direito potencial de PIS/COFINS a recuperar, embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os exercícios previstos para pagamento, estão demonstrados a seguir:

	Nominal	Com AVP
Fluxos de caixa		
Contraprestação do arrendamento	142	124
PIS/COFINS potencial (9,25%)	(13)	(11)

Os contratos de arrendamentos e aluguéis foram registrados em contrapartida da rubrica do Imobilizado como "Ativos de direito de uso" (Nota 13).

12.1.1 Reversão

A reversão é referente a transferência da transferência do contrato de locação da sede de São Paulo para sua controladora, devido a reestruturação do grupo EDP, mantendo o contrato só na locatária.

13 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados. O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

O Decreto nº 41.019/57 foi revogado pelo Decreto nº 10.810/21, os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, que tratavam a respeito da necessidade de autorização do Órgão Regulador para retirada, alienação e cessão dos ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia, estão expressos pela Resolução Normativa nº 948/2021 - Módulo IV - Desvinculação de Bens e Módulo VI - Constituição de Garantias. Os ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraído do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseado-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria própria.

13.1 Composição do imobilizado

	31/12/2024			31/12/2023		
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada
	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço						
Geração						
Terenos	117.759		117.759	117.759		117.759
Reservatórios, barragens e adutoras	697.232	(304.937)	392.295	2,00	697.232	(290.993)
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,23	336.468	(171.797)	164.671	1,47	336.468
Máquinas e equipamentos	3,14	441.524	(259.993)	181.531	3,47	440.346
Veículos	14,29	868	(681)	187	14,29	841
Móveis e utensílios	8,46	1.002	(436)	566	6,26	1.002
		1.594.853	(737.844)	857.009		1.593.650
						(702.685)
						890.965
Sistema de transmissão de conexão						
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,22	529	(377)	152	1,91	529
Máquinas e equipamentos	2,61	16.682	(11.811)	4.871	1,16	17.609
		17.211	(12.188)	5.023		18.138
						(12.273)
						5.865
Administração						
Edificações, obras civis e benfeitorias	12,24	93	(46)	47	12,24	93
Máquinas e equipamentos	12,15	1.652	(1.216)	436	11,45	1.360
Veículos	14,29	1.001	(696)	305	14,29	1.001
Móveis e utensílios	8,70	1.009	(562)	447	5,53	1.009
		3.755	(2.520)	1.235		3.463
						(2.260)
						1.203
Total do imobilizado em serviço		1.615.819	(752.552)	863.267		1.615.251
						(717.218)
						898.033
Ativos de direito de uso (Nota 13.1.1)						
Edificações, obras civis e benfeitorias		367	(367)	-	20,00	1.217
Veículos	20,00	255	(153)	102	20,00	255
Total Ativos de direito de uso		622	(520)	102		1.472
						(689)
						783
Imobilizado em curso						
Geração		28.472		28.472		21.033
Administração		1.057		1.057		823
Total do imobilizado em curso		29.529		29.529		21.856
						-
Total do imobilizado		1.645.970	(753.072)	892.898		1.638.579
						(717.907)
						920.672

13.1.1 Ativos de direito de uso

Referem-se aos ativos registrados no âmbito do CPC 06 (R2) descritos abaixo:

• **Veículos:** refere-se ao contrato de aluguel dos veículos de frota utilizados pelos colaboradores para locomoção na prestação dos serviços e também dos veículos executivos utilizados pela alta gestão.

13.2 Movimentação do imobilizado

	Valor líquido 31/12/2023	Ingressos (Nota 13.2.1)	Transf. para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Reversão (Nota 12.1.1)	Valor líquido
							31/12/2024
Imobilizado em serviço							
Terenos	117.759						117.759
Reservatórios, barragens e adutoras	406.239			(13.944)			392.295
Edificações, obras civis e benfeitorias	172.391			(7.521)			164.870
Máquinas e equipamentos	199.859		1.469	(14.001)	(489)		186.838
Veículos	605		27	(140)			492
Móveis e utensílios	1.180			(167)			1.013
Total do imobilizado em serviço	898.033		1.496	(35.773)	(489)		863.267
Ativos de direito de uso							
Edificações, obras civis e benfeitorias	630			(71)		(559)	-
Veículos	153			(51)			102
Total Ativos de direito de uso	783			(122)		(559)	102
Imobilizado em curso							
Máquinas e equipamentos	8.882	8.526	(1.496)				15.912
Adiantamento a fornecedores	850						850
Depósitos Judiciais	11.124						11.124
Outros	1.000						

**NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	2024	2023
23.1 Pessoal e Administradores		
Pessoal		
Remuneração	9.872	9.505
Encargos	3.467	3.450
Previdência privada - Corrente	366	325
Despesas rescisórias	261	390
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	1.839	1.465
Outros benefícios - Corrente	2.896	2.482
Outros benefícios pós-emprego	56	71
(-) Créditos de tributos recuperáveis	(230)	(952)
	18.527	16.736
Administradores		
Honorários e encargos	1.406	1.528
Benefícios dos administradores	300	158
	1.706	1.686
	20.233	18.422

	2024	2023
23.2 Serviços de terceiros		
Serviços de consultoria	1.572	3.684
Serviços de manutenção	5.660	4.112
Serviços de limpeza e vigilância	1.596	1.589
Serviços ambientais	51	119
Serviços de informática	1.850	1.401
Serviços de publicação e publicidade	378	322
Serviços de transporte	306	229
Serviços de gestão de pessoas e mão de obra própria	106	49
Serviços compartilhados	1.714	1.916
Outros	(206)	(1.002)
	13.027	12.419

	Nota	2024	2023
24 Resultado financeiro			
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras e cauções	3	26.209	33.224
Energia vendida		10	14
Depósitos judiciais		175	133
Juros e multa sobre tributos		1.486	711
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(1.453)	(1.871)
Outras receitas financeiras		87	239
		26.514	32.450
Despesas financeiras			
Encargos de dívida			
Empréstimos e financiamentos	17.2	(16.882)	(34.472)
Ajustes a valor presente	17.2	(8.039)	13.556
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	20.1.1	(4.129)	(953)
Uso do bem público	24.1	(6.112)	(2.409)
Benefícios pós-emprego	18.1	(124)	(118)
Arrendamentos e aluguéis	12.1	182	(45)
Outros juros e variações		(1.805)	(992)
Outras despesas financeiras		(64)	(76)
		(36.979)	(25.509)
		(10.465)	6.941

24.1 Uso do bem público
A variação na rubrica do Uso do bem público - UBP refere-se, principalmente, ao aumento do indexador IGP-M, que foi de 6,38% no exercício de 31 de dezembro de 2024 (-3,18% em 2023).

25 Imposto de renda e contribuição social
O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.
As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

	2024	2023
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	68.449	126.113
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	(23.273)	(42.878)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Doações	(39)	(81)
Perdas indedutíveis		(7)
Juros sobre o capital próprio	17.913	19.677
Juros sobre as ações preferenciais	(5.740)	(11.720)
Outras	647	107
Despesa de IRPJ e CSLL	(10.471)	(34.902)
Alíquota Efetiva	15,3%	27,7%

26 Resultado por ação
O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas.
A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2024	2023
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas das ações:		
Ordinárias (ON)	41.822	67.249
Preferenciais Classe "R" (PNR)	3.126	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	1.694	2.723
Preferenciais Classe "B" (PNB)	189	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	11.147	17.924
	57.978	91.211
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)		
Ordinárias (ON)	402.202	402.202
Preferenciais Classe "R" (PNR)	255.560	255.560
Preferenciais Classe "A" (PNA)	16.289	16.289
Preferenciais Classe "B" (PNB)	5.156	5.156
Preferenciais Classe "C" (PNC)	107.199	107.199
	786.406	786.406
Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)		
Ordinárias (ON)	0,10398	0,16720
Preferenciais Classe "R" (PNR)	0,01223	0,01223
Preferenciais Classe "A" (PNA)	0,10398	0,16720
Preferenciais Classe "B" (PNB)	0,03669	0,03669
Preferenciais Classe "C" (PNC)	0,10398	0,16720

Segue abaixo a conciliação do Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas, conforme requerido pelo CPC 41:

	Resultado por classe de ações (sem ajustes)	Ajustes	Resultado por classe de ações
2024			
Ordinárias (ON)	29.653	12.169	41.822
Preferenciais Classe "R" (PNR)	18.841	(15.715)	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	1.201	493	1.694
Preferenciais Classe "B" (PNB)	390	(191)	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	7.903	3.244	11.147
	57.978	-	57.978
2023			
Ordinárias (ON)	46.650	20.599	67.249
Preferenciais Classe "R" (PNR)	29.641	(26.515)	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	1.889	834	2.723
Preferenciais Classe "B" (PNB)	598	(409)	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	12.433	5.491	17.924
	91.211	-	91.211

26.1 Direito das ações preferenciais
De acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis gozarão dos seguintes direitos:
(i) ações preferenciais classe "R": recebimento de um dividendo anual fixo, não cumulativo, de 1% sobre o valor da sua respectiva participação no Capital social; e
(ii) ações preferenciais classe "A", "B" e "C": recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no Capital social.
De acordo com o artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis de classes "A" e "C" têm as seguintes vantagens:
(i) recebimento de dividendos suplementares aos 3% inicialmente descritos no artigo 8º do Estatuto Social, caso sejam pagos dividendos maiores a outras classes ou tipos de ações, de modo que a nenhuma outra classe de ações sejam conferidas vantagens patrimoniais superiores;
(ii) prioridade no reembolso de capital, em caso de dissolução da Companhia; e
(iii) igualdade de condições em relação às demais classes e espécie de ações, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título.

27 Instrumentos financeiros e gestão de riscos
A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.
Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.
A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de fundos.
27.1 Instrumentos financeiros
Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.
Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.
Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.
A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.
27.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros
Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Nota	Níveis	Valor justo		Valor contábil	
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa	3					
Aplicações financeiras		Nível 2	243.909	256.385	243.909	256.385
			243.909	256.385	243.909	256.385
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	3					
Bancos conta movimento		Nível 2	17.909	1.617	17.909	1.617
Concessionárias	4	Nível 2	816	929	816	929
Rendas a receber	5	Nível 2	13.714	15.819	13.714	15.819
			32.439	18.365	32.439	18.365
			276.348	274.750	276.348	274.750

	Nota	Níveis	Valor justo		Valor contábil	
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Custo amortizado						
Fornecedores	15	Nível 2	3.367	2.897	3.367	2.897
Uso do bem público	19	Nível 2	65.446	63.257	68.907	70.890
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas						
Moeda nacional		Nível 2	94.484	98.067	107.933	105.629
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	8	Nível 2	2.251	286	2.251	286
Arrendamentos e aluguéis	12.1	Nível 2	1.26	1.089	124	1.103
Licenças Ambientais	20.2	Nível 2	28.893	18.566	29.630	15.989
			194.567	184.162	212.212	196.794

27.1.1.1 Ativos financeiros
Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.
Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• Custo amortizado
Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.
• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)
Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.
• Valor justo por meio do resultado (VJR)
Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

27.1.1.2 Passivos financeiros
Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

27.1.2 Valor justo
Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares. As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado de Uso do bem público, arrendamentos e aluguéis e licenças ambientais diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil;

(ii) Empréstimos e financiamentos: consiste nas ações preferenciais de classe "A", "B" e "C" mensuradas pelo seu valor de custo acrescidas dos dividendos anuais fixos, acrescidas de eventuais complementos, e descontadas a valor presente pela taxa que equivale ao custo médio de captação da Companhia na data de avaliação das ações;

(iii) Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo de financiamento na contratação dos ativos alugados; e

(iv) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil.

27.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros
A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

27.2 Gestão de riscos
O Grupo EDP - Energias do Brasil adota normativos de Gestão de Riscos desde 2006. A Governança está consolidada e definida através de uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, que define a taxonomia de riscos ("Taxonomia") e as diretrizes da sua metodologia formalizadas na Norma e no Procedimento de Riscos Corporativos. A Política foi atualizada em 2021, enquanto a Norma e Procedimento foram atualizados em 2023, aprovados pelos devidos órgãos competentes e possuem revisão e atualização periódica pré-definida em normativo específico. Importante destacar que o processo de Gestão de Riscos está baseado em metodologias reconhecidas no mercado, como COSO ERM (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e Norma ABNT NBR ISO 31.000:2018 (Gestão de Riscos).

Ainda, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, o Grupo EDP - Energias do Brasil mantém segregadas as funções de Controles Internos e Compliance, e as de Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo corporativo de Gestão de Riscos, contempla a Diretoria de Riscos e Eficiência.

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota um modelo descentralizado de gestão, em que as diretrizes e a metodologia são definidas pela Diretoria de Riscos e Eficiência e o acompanhamento e monitoramento são realizados pela Governança, com os nomeados donos dos riscos. A Diretoria de Riscos e Eficiência realiza o gerenciamento integrado dos riscos e oportunidades aos quais os negócios e operações estão sujeitos, atuando como facilitadora no processo de Governança, Riscos e Compliance ("GRC"), auxilia na identificação, classificação, avaliação, mensuração, implementação de ações específicas para mitigação ou eliminação dos riscos, via mecanismos de defesa ou planos de contingência, bem como, no gerenciamento dos riscos. Este gerenciamento tem como objetivo assegurar que os diversos eventos inerentes a cada uma das áreas da Companhia sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria Executiva, que toma as providências que julgar cabíveis. Esse trabalho contínuo da equipe de Gestão de Riscos junto à primeira linha de defesa, permite que seja feita uma reavaliação da Taxonomia, bem como da atualização da Matriz Corporativa de Riscos, pelo menos, anualmente.

O monitoramento da gestão de riscos desenvolvido nas áreas corporativas e unidades de negócio garante aderência dos processos e controles internos às normas nacionais e internacionais, e agrega valor aos negócios por meio da consolidação de políticas e estratégias alinhadas com o planejamento de negócios da Companhia. Em alinhamento a essa condução da avaliação do ambiente de controle, o Grupo EDP - Energias do Brasil segue diretrizes de Governança, com Comitês de Riscos periódicos, conduzidos pela Diretoria de Riscos e Eficiência, com a participação dos executivos locais e a gestão de riscos Global (EDP - Energias de Portugal S.A.).

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota a prática de identificar, analisar, tratar e monitorar os riscos, considerando a atualização do Mapa e Matriz Corporativa de Riscos baseado em riscos já conhecidos, tratados ou em tratamento, assim como para novos riscos identificados ao longo do ciclo corrente que permitem gerar visões consolidadas e comparativas para avaliação de forma colegiada pela Liderança e com aprovação nas instâncias de governança (Reuniões de Diretoria e Comitê de Auditoria). Os Riscos Corporativos estão classificados em quatro pilares: (1) Estratégico; (2) Negócio; (3) Financeiro e (4) Operacional, e desdobrados em 56 categorias.

27.2.1 Risco de mercado
O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não possui riscos de mercado associados a dívida.

27.2.1.1 Análise de sensibilidade
Em atendimento à Resolução CVM nº 2/20, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos. A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas por meio de consultorias especializadas, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.
A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração da Companhia. O CDI apresentou seu intervalo entre 20,7% e 4,5% a.a.

||
||
||

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

27.2.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• **Concessionárias**

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.

• **Rendas a receber**

O montante de Rendas a receber é relativo aos recebíveis decorrentes do contrato de arrendamento da UHE Lajeado junto aos acionistas. A Companhia não possui histórico de perdas ou atrasos para estes recebíveis o que demonstra o baixo risco de *default*. Ademais, o contrato de arrendamento contempla como garantia financeira parte dos recebíveis de venda de energia dos acionistas.

• **Caixa e Equivalentes de caixa**

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas. A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com rating de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

27.2.6 Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL e Agência Nacional de Águas - ANA) e demais órgãos relacionados ao setor (Ministério de Minas e Energia - MME, CCEE, ONS, Empresa de Pesquisa Energética - EPE, Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA e etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

27.2.7 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e beneficiários às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinanciar as dívidas existentes.

	31/12/2024	31/12/2023
Total dos empréstimos	107.933	105.629
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(261.818)	(258.002)
Dívida líquida	(153.885)	(152.373)
Total do Patrimônio Líquido	955.491	970.441
Total do capital	801.606	818.068
Índice de atavancagem financeira - %	-19,20%	-18,63%

28 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

28.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

	2024				
	Nota	Saldo em 31/12/2023	Efeito não caixa		Saldo em 31/12/2024
Efeito caixa			Valor presente	Adições/Baixas	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento					
Dividendos	16	40.954	(70.105)	66.732	37.581
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17.2	105.629	(22.617)	8.039	16.882
Arrendamentos e aluguéis	12.1	1.103	(238)	(182)	(559)
		147.686	(92.960)	7.857	83.055
					145.638
	2023				
	Nota	Saldo em 31/12/2022	Efeito não caixa		Saldo em 31/12/2023
			Efeito caixa	Valor presente	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento					
Dividendos		42.714	(84.197)	82.437	40.954
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		111.833	(27.120)	(13.556)	34.472
Arrendamentos e aluguéis		950	(128)	45	236
		155.497	(111.445)	(13.511)	117.145
					147.686

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Manuel Veríssimo Marques da Cruz Conselheiro	Edison Antônio Costa Britto Garcia Conselheiro	Luis Fernando Mendonça de Barros Filho Conselheiro
---	--	--

CONSELHO FISCAL

Allain Brasil Bertrand Júnior Conselheiro	Felipe Ha Jung Kim Conselheiro	Marcelo Joaquim Pacheco Conselheiro	João Antonio de Sousa Araújo Ribeiro da Costa Conselheiro	Maurício Rocha Alves de Carvalho Conselheiro
---	--	---	---	--

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Luis Fernando Mendonça de Barros Filho Diretor-Presidente e de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Financeiro	Patrícia Pereira Kleiber Diretora Vice-Presidente
Rodolfo Colli da Cunha Diretor Vice-Presidente	Plácido Gonçalves Meirelles Junior Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte Diretor - Accounting SA	Alfredo Antonio Tessari Neto Contador - CRC 1SP176534/O-5 "S" TO
--	--

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Investco S.A., em reunião realizada em 25 de fevereiro de 2025 às 9h, no premissos de que não ocorrerão modificações pela Administração e que o relatório sobre a revisão das Demonstrações financeiras dos Auditores Independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores, definitivo será emitido na forma como apresentado nesta data, tendo examinado as Demonstrações financeiras e o Comentário de Desempenho do período findo em 31 de dezembro de 2024, manifestamo-nos, por maioria de votos, com parecer favorável às Demonstrações financeiras tendo em vista que as peças retratam adequadamente a situação econômico-financeira da Companhia.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2025.

Felipe Há Jong Kim Conselheiro Efetivo	Allain Brasil Bertrand Júnior Conselheiro Efetivo	João Antônio de Sousa Araújo Ribeiro da Costa Conselheiro Efetivo	Marcelo Joaquim Pacheco Conselheiro Efetivo	Maurício Rocha Alves de Carvalho Conselheiro Efetivo
--	---	---	---	--

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Investco S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Investco S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração do Contrato de arrendamento da Usina Hidrelétrica Lajeado ("UHE Lajeado") com as concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Notas 1, 5 e 22)	
A Companhia possui um contrato de arrendamento da UHE Lajeado com demais participantes do Consórcio Usina Lajeado (Lajeado Energia, CEB Lajeado S.A., e Paulista Lajeado Energia S.A.) e opera um único segmento de exploração de ativos correspondente a R\$165.288 mil (93% da sua receita bruta). Os efeitos desse contrato são reconhecidos de acordo com o CPC 06 (IFRS 16), considerando o Coeficiente de Ajuste - CA (Nota 5) que objetiva atualizar anualmente os valores e ajustar a diferença a maior ou a menor na projeção do ano seguinte.	Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, a avaliação da acuracidade do cálculo da receita de arrendamento preparado pela Companhia, por meio de recálculo aritmético do valor da receita de contrato de arrendamento conforme critérios definidos no contrato. Confronto dos dados utilizados na mensuração da receita de arrendamento comparando o percentual aplicado sobre o saldo do imobilizado líquido com o percentual determinado em contrato, bem como comparando o índice de correção monetária utilizado no cálculo com os dados apresentados por fontes oficiais no período abrangido pelo contrato.
O contrato não prevê a transferência de propriedade ou controle do ativo aos arrendatários, sendo os bens revertidos para a União, quando do término do contrato de concessão previsto para 22 de setembro de 2035.	Também efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.
Considerando os julgamentos envolvidos na forma de mensuração dos valores e correção monetária do contrato de arrendamento, que podem impactar o valor da receita e contas a receber, o tema foi considerado um principal assunto de auditoria.	Consideramos que os cálculos e os respectivos dados utilizados, bem como as divulgações relacionadas, são consistentes com as evidências obtidas no processo de auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2025



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5

